

Clube de Paris, nova etapa da longa renegociação brasileira

Genésio Carvalho
Filho (*)

O b a n-queiro Antônio Gebauer, ao declarar, na semana passada, que a comunidade financeira brasileira com bons olhos a ida do Brasil ao Clube de Paris, acenou para o governo brasileiro com um tático sinal verde dos bancos comerciais para esta nova etapa do moroso processo de renegociação de nossa dívida externa, iniciado em dezembro último.

Gebauer, com vivência em Brasil, reconhece que as soluções para os nossos problemas não virão da noite para o dia e levarão tempo, "porque numa democracia a aprovação das duras medidas de austeridade leva mais tempo. Mas, no final das contas, são as medidas aprovadas por consenso que se revelam as mais acertadas".

Poderemos agregar às declarações de Gebauer que o ciclo de renegociação da dívida externa brasileira deverá estender-se, pelo menos, por mais alguns meses, se considerarmos as necessidades adicionais de recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para 1983, cerca de US\$ 20 bilhões, segundo Jacques de Larosière, e mesmo o Clube de Paris exigirá substancial parcela de tempo para renegociação das dívidas governamentais das agências de financiamento de exportações.

O Clube de Paris não é uma entidade legalmente constituída ou uma organização sob o aspecto formal, e sim um grupo de credores governamentais que se reúne em Paris sob a presidência do ministro das Finanças francês. Na maioria das vezes estas reuniões são realizadas no antigo Hotel Majestic, da avenida Kléber, em Paris. A



1. Os credores somente concordam em reunir-se após surgimento de atrasos na amortização das dívidas e o país devedor ter aprovado um prévio programa de estabilização elaborado pelo FMI.

2. Apenas os principais credores da Comunidade Econômica Européia são convidados para a reunião com o país devedor inadimplente. Outros países credores podem ter assento na qualidade de observador, como recentemente o Brasil na crise de liquidez da Polônia.

3. O reescalonamento é limitado aos créditos de financiamentos de exportações oficialmente cobertos por seguros de crédito, bem como os empréstimos diretos, governo a governo.

4. O total da dívida a ser reescalonada é limitado a, aproximadamente, 80% do pagamento do principal.

5. As dívidas são reescalonadas para juros de mer-

cado para um período de três a dez anos.

Os acordos do Clube de Paris não são necessariamente acompanhados por um reescalonamento da parcela da dívida privada de um país, ou melhor dizendo, a dívida dos bancos comerciais privados. Quando concomitantemente a dívida pública externa também é reescalonada a dívida privada, as reuniões do Clube de Paris deverão anteceder as reuniões dos banqueiros internacionais envolvidos na dívida privada.

A economista Chandra Hardy tem criticado o mecanismo do Clube de Paris como "completamente inadequado, de folga financeira tardia, sendo sua contribuição muito pequena e de elevados custos", o que reforça nossa afirmação do lento ciclo da etapa atual de renegociação.

É bom lembrar à comunidade empresarial brasileira que, para os financis-

tas internacionais, qualquer esquema de renegociação de dívida orientado para uma folga de caixa que melhore a liquidez do mercado é positivo para ambas as partes, devedores e emprestadores. A grande questão reside no volume de nossa dívida, perto de US\$ 100 bilhões, na ausência de um plano de médio e longo prazo e nos desgastes das contínuas etapas de renegociação. Ao nível internacional, já começa a existir um consenso de que devem ser iniciadas conversações entre os governos, os organismos internacionais e os bancos comerciais privados envolvidos nas dívidas do Terceiro Mundo, objetivando a operacionalização de propostas de reescalonamento, merecendo destaque a Proposição Rohatyn.

Esta proposta, inicialmente apresentada por Felix Rohatyn, do Lazard Frères, já agrega ardorosos defensores, como Peter

Kenen, da Universidade de Princeton, e William Mackworth-Young, "chairman" do Morgan Grenfell. Esta proposição sugere que os países desenvolvidos constituam uma agência internacional para desconto das "notas promissórias" dos empréstimos dos países do Terceiro Mundo. O professor Kenen chega a sugerir o nome desta agência: Sociedade de Descontos de Dívidas Internacionais, ou International Debt Discount Corporation (IDDC).

A IDDC descontaria 90% da dívida dos países do Terceiro Mundo e, por sua vez, emitiria debêntures de longo prazo garantidas pela própria IDDC.

Os críticos da proposição Rohatyn argumentam que a questão básica é a manutenção dos fluxos de recursos ou "dinheiro novo", o que diminuiria as probabilidades de "default" (inadimplência) e, consequentemente, de etapa seguinte,

que é a "repudiation" (repúdio da dívida).

Rohatyn e Kenen supõem que o "dinheiro novo" viria a taxas de mercado, mas Mackworth-Young é mais enfático, ao afirmar que os déficits dos países do Terceiro Mundo devem deixar de ser financiados apenas pelo sistema bancário internacional.

Diante destas polêmicas abordagens, podemos inferir que a renegociação da dívida externa brasileira também está vinculada a uma solução mais global para seu reescalonamento, sendo o Clube de Paris a primeira rodada de um longo processo de renegociação. Provavelmente, antes do Clube de Paris teremos um "reacerto" de contas com o FMI e talvez deveremos esperar a próxima reunião anual do Fundo no final de setembro próximo, em Washington.

(*) Consultor financeiro internacional; professor da Universidade Mackenzie.

primeira reunião ocorreu em 1956, por convocação do governo argentino, e desde então 56 negociações já aconteceram, tendo ocorrido inclusive registro duplo de presença de países que solicitaram reescalonamento de suas dívidas. Não existem regras formais estabelecidas pelo Clube, porém, ao longo dos anos, alguns procedimentos merecem destaque: